



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

CONTRATO N°. 24/2019.

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL
DO TRABALHO DA SÉTIMA REGIÃO E
CONSDUCTO ENGENHARIA LTDA.**

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SÉTIMA REGIÃO**, com sede na Av. Santos Dumont n° 3.384, nesta capital, inscrito no CNPJ sob o n° 03.235.270/0001-70, neste ato representado por sua Diretor Geral substituto, Sr. **JOÃO RIBEIRO LIMA JÚNIOR**, portador do CPF n° 675.229.123-34 e RG n° 90002196994 – SSP-SP, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, **CONSDUCTO ENGENHARIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à rua Calixto Machado, 21, Sala N, bairro Pires Façanha, Eusébio/CE, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o n° 08.728.600/0001-82, adiante denominada **CONTRATADA** e aqui representada por **ABELARDO GUILHERME BARBOSA NETO**, portador do CPF n°. 480.106.263-68 e RG 12945-D, resolvem firmar o presente negócio jurídico, com fundamento na Lei 10.520/2002, nos Decretos n° 3.555/2.000 e n° 5.450/2005 e, subsidiariamente, na Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, combinada com as demais normas de direito aplicáveis à espécie, tendo em vista certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, sob o n°. **18/2019** e no que consta do processo administrativo **PROAD n°. 2226/2019**, mediante as condições constantes das seguintes cláusulas, que ambas as partes aceitam, ratificam e outorgam, por si e seus sucessores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto deste instrumento consiste na contratação de empresa especializada, em regime de empreitada por preço global, de empresa especializada para serviços gerais de acessibilidade e reforma da sala de sessões do pleno pertencente ao complexo sede do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª região, situado a avenida Santos Dumont 3384, Fortaleza -CE, conforme especificações constantes no edital do pregão eletrônico em epígrafe e demais condições deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO CONTRATO

2.1 - São partes integrantes deste termo, como se aqui estivessem integralmente transcritos, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Eletrônico n° **18/2019** e anexos.
- b) Proposta apresentada pela **CONTRATADA**.



2.1.1 - Considera-se expressamente revogado o contido na proposta apresentada pela **CONTRATADA** que disponha em contrário ao estabelecido neste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 - O presente contrato terá vigência a partir da sua assinatura até 04/02/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO, DO REGIME DE EXECUÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 - Todas as especificações técnicas referentes aos serviços encontram-se no **Termo de Referência (anexo I do edital) e seus anexos adiante identificados:**

ANEXO I - Projetos;

ANEXO II - Planilha Orçamentária;

ANEXO III - Planilha de Composição de preços unitários;

ANEXO IV - Cronograma Físico-Financeiro;

ANEXO V - Especificações técnicas;

ANEXO VI - Modelo de planilha de composição da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI);

ANEXO VII - Modelo de planilha de composição dos Encargos Sociais incidentes sobre mão de obra horista;

ANEXO VIII - Modelo padronizado de Diário de Obras;

4.2 - O regime de execução contratual adotado é a empreitada por preço global;

4.3 - A Contratada poderá subcontratar, em até 30% (trinta por cento) do valor global do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, os serviços de montagem de plataforma elevatória, montagem de bancadas de granito e instalações elétricas e lógicas.

4.4 - Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO, LOCAL, HORÁRIO E DOS DIAS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 – O prazo de execução será de **90 (noventa) dias corridos**. Prazo contado do recebimento, pela contratada, da Ordem de Serviço a ser emitida pela Divisão de Manutenção e Projetos.

5.2 – O horário normal dos serviços será de segunda a sexta das 7h30min às 18h30min.

5.3 - As atividades pertinentes ao contrato poderão ser realizadas, extraordinariamente, fora do horário, desde que autorizadas pela Fiscalização da Divisão de Manutenção e Projetos.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS



6.1 - Obriga-se a Contratada a prestar os serviços em garantia, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses para pinturas, 1 (um) ano para equipamentos e 5 (cinco) anos para os demais itens, iniciando-se a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 – DA GESTÃO DO CONTRATO:

7.1.1 - A Gestão do Contrato deverá ser constituída por servidores (titular e substituto), designados, formalmente, pela Diretoria-Geral, mediante expedição de Portaria, dando ciência aos servidores designados, em atendimento a Resolução TRT7 n°200/2014.

7.1.2 – Os gestores designados exercerão, de forma segregada, as atribuições da Resolução TRT7 n° 200/2014, dentre as quais, se transcreve, a seguir:

a) ACOMPANHAR E ADOTAR todas as providências visando garantir a adequada execução contratual.

b) MANTER CONTROLE: (i) da atuação do fiscal; (ii) do saldo de empenho, informando à Secretaria de Administração, a necessidade de reforço, quando de sua insuficiência; (iii) dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, observando para que o valor do contrato não seja ultrapassado.

c) Prestar informações quanto ao desempenho do Contratado, inclusive à conveniência da manutenção da contratação, qualidade técnica do objeto contratado e necessidade de ajustes em projeto, serviço, supressões ou acréscimos quantitativos e qualitativos ao contrato, acompanhado das devidas justificativas, ouvindo o fiscal, quando necessário.

7.1.3 – Além das atribuições previstas no item 7.1.2, os gestores providenciarão tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

7.2 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.2.1 - A Fiscalização do Contrato deverá ser constituída por servidores (titular e substituto), designados, formalmente, pela Diretoria-Geral, objeto da mesma Portaria do item 7.1.1, dando ciência aos servidores designados, em atendimento a Resolução TRT7 n° 200/2014.

7.2.2 – Os fiscais designados exercerão as atribuições da Resolução TRT7 n° 200/2014 e, entre as quais, se transcreve, a seguir:

a) Administrar a execução do mesmo, atestar nota fiscal para efeito de pagamento, bem como providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser comunicadas, em tempo oportuno, ao Diretor da Divisão da DMPRO e/ou à Administração, para a adoção das medidas, formalmente, recomendadas. A ação de fiscalização não exonera o Contratado de suas responsabilidades contratuais.

b) Aceitar e registrar no processo de contratação o **preposto e seu substituto** indicados pelo Contratado.

c) Comunicar ao Contratado mediante correspondência juntada aos autos: (1) eventuais irregularidades na execução do contrato, (2) os danos, se houver, causados por seus empregados, requerendo as providências reparadoras, estabelecendo prazo para solução dos problemas apontados.

d) Acompanhar o cumprimento pelo Contratado do cronograma físico-financeiro.

e) Apresentar, mensalmente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do contrato.

f) Solicitar, quando necessário, manifestação formal do diretor de unidade administrativa sediada no interior do Estado quanto à fiel execução do serviço ou do fornecimento do bem na localidade, registrando tal fato, acompanhada da documentação, no processo.

7.3 - A Administração poderá designar outro gestor/fiscal, quando conveniente, mediante portaria, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

7.4 - Em quaisquer das hipóteses de designação da gestão/fiscalização, caberá à gestão/fiscalização comunicar à CONTRATADA da sua designação.

7.5 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

7.6 - A gestão e a fiscalização de que trata esta cláusula sétima não excluem, nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1 - Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a) **provisoriamente**, pelo fiscal que acompanhou a execução do contrato, com base no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 5 (cinco) dias da comunicação escrita do Contratado;

b) **definitivamente**, a cargo de outro servidor ou comissão responsável pelo recebimento definitivo, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do recebimento provisório, mediante apresentação da nota fiscal e com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, observado o disposto no art. 69 da Lei nº. 8.666/93.

8.2 - Em nenhuma hipótese, será realizado o recebimento provisório dos serviços com pendências a serem solucionadas pelo contratado.

8.3 - Havendo pendência durante a vistoria, será necessária nova comunicação escrita do Contratado, e, depois de solucionadas todas as falhas apontadas pela fiscalização, os serviços serão considerados concluídos na data da última comunicação escrita da contratada, desde que não relacionadas pendências pela fiscalização.

8.4 - O recebimento definitivo do objeto da contratação, não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade ou disparidade com as especificações técnicas, mesmo que verificados posteriormente.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 – Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;

9.2 – Registrar a ART (anotação de responsabilidade técnica) dos serviços junto ao conselho próprio.

9.3 - Empregar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados.

9.4 - Atender ao chamado do Contratante para **recebimento da Ordem de Serviço no prazo máximo de 02 (dois) dias** úteis a contar da convocação, por escrito.

9.5 - Iniciar a prestação dos serviços contratados imediatamente após o recebimento da ordem de serviço.

9.6 - Entregar os serviços nas quantidades, forma, prazo e locais estabelecidos neste Termo Contratual e Anexos.

9.7 – Após recebido o objeto licitado, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, em prazo máximo de 60 dias a contar do recebimento da notificação.

9.8 - Cientificar, imediatamente e por escrito, a execução dos serviços, para que seja efetivado o recebimento provisório.

9.9 - Fornecer os materiais, bem como a mão-de-obra necessária à execução dos serviços.

9.10 - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras que forem devidas e resultantes da execução dos serviços.

9.11 - Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

9.12 - Manter, durante toda a execução do contrato, no local de trabalho, Diário de Obra/Livro de Ocorrências para os registros cabíveis, em três vias. Deverá ser utilizado como folha padronizada do Diário de Obra o modelo disponibilizado no Anexo VIII do Termo de Referência.

9.13 - Entregar o local destinado à instalação dos serviços devidamente limpo, livre de resíduos e com os reparos necessários.

9.14 - Responder por perdas e danos que vierem, comprovadamente, causar ao **Contratante** ou a terceiros, em razão da ação ou omissão dolosa ou culposa de seus empregados ou prepostos.

9.15 - Não executar, sem devida autorização, por escrito, pelo fiscal do contrato, os serviços decorrentes de fatores não previstos ou somente evidenciados durante o transcorrer dos mesmos.

9.16 - Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE.

9.17 - Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora n° 6 do MTE.

9.18 - Capacitação de todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, observada a carga horária mínima de duas horas mensais, com ênfase na prevenção de acidentes, conforme a Resolução CNJ 98/2012;

9.19 - Aceitar os acréscimos ou supressões sobre o objeto do Contrato, nos limites da Lei n°. 8.666/93 e do Decreto 7.983/2013.

9.20 - Aderir ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho - Programa Trabalho Seguro, instituído no âmbito da Justiça do Trabalho, voltado à promoção da saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes de trabalho e ao fortalecimento da Política

Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), nos termos da Resolução nº 96, de 23 de março de 2012, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

9.21 - Aderir ao “Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho”, firmado entre o Governo Federal e as entidades patronais e representativas dos trabalhadores no dia 1º de março de 2012, visando à aplicação e efetividade das Diretrizes nele estabelecidas;

9.22 - Atendimento às normas regulamentadoras expedidas pelo MTE, quanto à Segurança e Medicina do Trabalho;

9.23 - Absorver, na execução dos serviços, os egressos do sistema carcerário e/ou cumpridores de medidas ou penas alternativas, ao menos na seguinte proporção:

I – 5% (cinco por cento) das vagas, quando da contratação de 20 (vinte) ou mais trabalhadores;

II – 01 (uma) vaga quando da contratação de 06 (seis) a 19 (dezenove) trabalhadores, facultada a disponibilização de vaga para contratações de até 5 trabalhadores;

9.24 - Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.25 - Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.26 - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.27 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14, e 17 a 27, do código de defesa do consumidor (lei nº 8078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.28 - A Contratada concordará com a adequação do projeto básico, sendo que as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite estabelecido n art. 65 inciso 1º da lei 8666/93, nos termos do decreto nº 7.983/13.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 - Emitir a Ordem de Serviço, em até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato.

10.2 - Buscar, junto à Administração, todas as condições indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais;

10.3 - Atestar a nota fiscal/fatura para efeito de medições de serviços;

10.4 - Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato, cabendo registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas, faltas ou impropriedades.

10.5 - Promover o pagamento na forma e no prazo estipulados neste termo;

10.6 - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.7 – Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO VALOR DO CONTRATO E SEU REAJUSTE

11.1 Dá-se a este Contrato o valor global de **R\$ 275.000,00** (duzentos e setenta e cinco mil reais), em conformidade com a **Planilha Orçamentária - Proposta da contratada**.

11.2 No preço ofertado estão incluídas todas as despesas com impostos, taxas, fretes, materiais, mão-de-obra, equipamentos, serviços de terceiros, contribuições e outras que se fizerem necessárias, tais como encargos complementares (ferramentas, equipamentos e proteção individual, alimentação, transporte, exames, seguros), etc., à plena e completa execução do objeto deste Contrato, inclusive a mobilização para a execução dos serviços.

11.3 Durante a vigência deste Contrato não haverá reajuste de preços, salvo por expressa determinação legal para este ou contratos afins.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento será efetuado em parcelas correspondentes às medições, conforme cronograma de execução dos serviços, na conta bancária fornecida pela empresa, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo, condicionado ao recebimento da nota fiscal, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União), com a Fazenda Estadual, com a Fazenda Municipal, com a Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.2 – As medições terão periodicidades mínimas de 30 (trinta) dias, com exceção da última medição que será realizada quando da conclusão dos serviços.

12.3 – O pagamento referente à última medição ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos serviços.

12.4 - O pagamento da primeira medição de serviços, bem como o recebimento do objeto do contrato, estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- a. Atestado de saúde ocupacional (ASO) de todos os profissionais envolvidos nos serviços;
- b. Ofício de apresentação da Medição;
- c. Boletim de Medição;
- d. Relação mensal com o nome, RG, CPF e função do pessoal executante dos serviços;
- e. Certidão conjunta relativa aos tributos federais (Dívida ativa da União e INSS);
- f. Certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- g. Certidão negativa de débitos do FGTS - CRF;
- h. Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT;
- i. Relatório de andamento dos Serviços: Fotografias dos itens executados; Cronograma físico atualizado dos serviços, bem como, a justificativa para os eventuais atrasos.

12.5 - O pagamento das medições de serviços intermediários estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- a. Ofício de apresentação da Medição;
- b. Boletim de Medição;

- c. Relação mensal com o nome, RG, CPF e função do pessoal executante do serviço;
- d. Certidão conjunta relativa aos tributos federais (Dívida ativa da União e INSS);
- e. Certidão que comprove a regularidade perante a fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- f. Certidão de Regularidade do FGTS- CRF;
- g. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h. Relatório de Andamento do Serviço: Fotografias dos itens executados; Cronograma físico-financeiro atualizado dos serviços, bem como, a justificativa para os eventuais atrasos.

12.6 - O pagamento da última medição de serviços, bem como o recebimento provisório do objeto, estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- a. Ofício de apresentação de Medição;
- b. Boletim de Medição;
- c. Relação mensal com o nome, RG, CPF e função do pessoal executante do serviço;
- d. Certidão conjunta relativa aos tributos federais (Dívida ativa da União e INSS);
- e. Certidão que comprove a regularidade perante a fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- f. Certidão de Regularidade do FGTS- CRF;
- g. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- h. Relatório de Encerramento do Serviço contendo: Fotografias dos itens executados;
- i. Relatório de Acidentes de Trabalho sintetizado contendo todas as CAT's (Comunicações de Acidente de Trabalho), quando houver.

12.7 - A **CONTRATADA** deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, o número e nome do banco, agência e número da conta de titularidade da **CONTRATADA** onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária.

12.8 A comprovação da regularidade fiscal poderá ser obtida por este órgão através de consulta ao SICAF ou aos sítios em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar as informações respectivas.

12.9 Caso seja constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas à **CONTRATADA**, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

12.10 - Considera-se como efetivo pagamento o dia da entrega da ordem bancária na respectiva unidade bancária.

12.11 - Nos casos de atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data limite para pagamento e à correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal, são calculados na forma da Instrução Normativa n° 05/17 do MPOG, por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ $I = \frac{6}{100}$ $I = 0,00016438$

365

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta das rubricas 3390 39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA e 4490 51 – OBRAS E INSTALAÇÕES, constantes da Atividade 15.108.02122.0571.4256.0023 – APRECIÇÃO DE CAUSAS TRABALHISTAS. Notas de Empenho n°s 2019NE000736 e 2019NE000737.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A **CONTRATADA** ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais se praticar alguma das seguintes ações:

- a) apresentar documentação falsa;
- b) deixar de entregar documentação exigida no contrato;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;
- e) comportar-se de modo inidôneo;
- f) fizer declaração falsa;
- g) cometer fraude fiscal.

14.2 - O atraso injustificado no atendimento à convocação para recebimento da Ordem de Serviço ou na execução do contrato, sujeitará o Contratado à multa de mora, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento).

14.3 - Se o atraso, de que trata o item supra, ultrapassar o prazo de 15 dias, a Administração poderá entender pela inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

14.4 - Além das sanções previstas nos itens anteriores, a **CONTRATADA** poderá incorrer nas seguintes penalidades:

- a) ADVERTÊNCIA;
- b) MULTA, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de inexecução parcial do Contrato;
- c) MULTA, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, nas hipóteses de inexecução total;
- d) MULTA, conforme estabelecido na tabela abaixo:

Nº	Descrição da Infração	Valor das Multas (R\$)
01	Ausência de uniformes ou más condições dos mesmos / Funcionário	50,00

02	Ausência de Registros ou Exames Médicos / Funcionário	50,00
03	Não-fornecimento do EPI ou inadequado ao trabalho / Ocorrência	300,00
04	Não-uso do EPI ou uso inadequado dentro do canteiro / Ocorrência	300,00
<i>Observação: Em caso de reincidência, a multa cobrada será o dobro da anterior.</i>		

e) **MULTA**, no percentual de 5,0% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do contrato, para os demais casos de descumprimento contratual.

f) A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.5 - A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, bem como descontada das respectivas faturas.

14.6 - A aplicação de sanções previstas neste instrumento será sempre precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou *e-mail*.

14.7 - As penalidades decorrentes dos itens supra serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1 - A Contratada deverá, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado a partir do dia do recebimento da via contratual assinada pelas partes, apresentar comprovante de garantia do cumprimento das cláusulas contratuais, durante sua vigência, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, atualizável nas mesmas condições daquele, podendo a Contratada optar pelas modalidades de garantia previstas no artigo 56 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1 - O CONTRATANTE poderá considerar rescindido o presente contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **CONTRATADA** o direito a qualquer indenização, nos casos e formas fixados na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - Qualquer modificação ou alteração no presente contrato será formalizada mediante termo aditivo, à exceção das alterações relacionadas à designação do gestor/fiscal do Contrato, objetivando atender aos interesses das partes e ao objeto deste instrumento de Contrato.

17.2 Quaisquer requerimentos, cancelamentos e solicitações de qualquer natureza que deseje a **CONTRATADA** formalizar, deverão ser encaminhadas ao Gestor do Contrato, o qual promoverá as medidas subsequentes necessárias.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA PUBLICAÇÃO

18.1 De conformidade com o disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93, o presente contrato será publicado na forma de extrato, no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 É competente o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Ceará, com exclusão de outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, assinam o presente, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

Fortaleza, 08 de agosto de 2019.


JOÃO RIBEIRO LIMA JUNIOR
DIRETOR GERAL SUBSTITUTO DO TRT 7ª REGIÃO
CONTRATANTE


CONSDUCTO ENGENHARIA LTDA
CONTRATADA

**SECRETARIA-GERAL DA CORREGEDORIA
VARAS COM JURISDIÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO DO DISTRITO
FEDERAL
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL**

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2019 - UASG 100009**

Processo: 3347/2019. Objeto: Registro de preços para a aquisição de material de expediente, conforme relação, quantitativo e especificações constantes do Edital e dos anexos. - Total de Itens Licitados: 10. Edital: 12/08/2019 das 08h00 às 11h59 e das 12h00 às 17h59. Endereço: Sgan Q. 909 - Bl."c" - Setor de Contabilidade, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/100009-5-00006-2019. Entrega das Propostas: a partir de 12/08/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/08/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

FRANCISCO DEMONTIE CORREIA CUNHA
Pregoeiro

(SIASGnet - 08/08/2019) 100009-00001-2019NE000002

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

**AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2019**

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 29/07/2019. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de certificados digitais, mídias e visitas para validação e emissão nas sedes do Tribunal no interior do estado do Rio Grande do Sul.

DELCIO ANTONIO MORETTI
Pregoeiro

(SIDE - 09/08/2019) 080014-00001-2019NE400112

**DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Fornecimento. Nº DO CONTRATO: 46/2019. OBJETO: Aquisição de mobiliário (longarinas 3 lugares). CONTRATANTE: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. CONTRATADA: Forma Style Seating Ergonomic LTDA. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93. PRAZO DE VIGÊNCIA: Inicia-se com a assinatura e encerra-se com o efetivo pagamento à CONTRATADA, que somente ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto e devido Ateste da fiscalização na nota fiscal, sendo que o prazo de entrega é de até 30 dias. PA nº: 0004864-84.2019.5.04.0000. VALOR TOTAL: R\$ 116.500,00. ASSINATURA: 26/07/2019. Nº DA AQUISIÇÃO: ARP - 017/2019 - PE 11/2018/COTER/SRP. ASSINAM: Des. Vania Cunha Mattos, pelo contratante, e Sr. Diego Felipe Campos Gonçalves, pela contratada.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº 0005533-40.2019.5.04.0000. CD nº 0359/19-4. RESUMO DO OBJETO: contratação de palestrante para ministrar a disciplina "Legislação Aplicada à Segurança Institucional", para servidores da área de segurança. VALOR TOTAL: R\$ 4.000,00. FAVORÉCIDO: Roger Nardys de Vasconcellos. FUNDAMENTO LEGAL: inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93. CRÉDITO: Programa de Trabalho: 085082. Classificação: 3390362805. RATIFICAÇÃO: por Vania Cunha Mattos, Presidente, em 06/08/2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Termo Aditivo Primeiro ao Contrato nº 17/2019. CONTRATANTE: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. CONTRATADA: Nalc Comércio e Indústria de Elevadores LTDA. RESUMO DO OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência até 02/10/2019. Nº. DA AQUISIÇÃO: Compra Direta 0187/19-4. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93. Processo Nº: 0003059-96.2019.5.04.0000. DATA DA ASSINATURA: 06/08/2019. ASSINAM: Des. Vania Cunha Mattos pelo contratante, e Sr. Horácio Dias da Costa, pela contratada.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL
SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

**EDITAL
RESULTADO DO DESFAZIMENTO DE BENS Nº 1/2019**

O TRT7ª Região comunica o resultado do Edital de Desfazimento de Bens 01/19, sob a modalidade de doação. Os Bens Móveis do Acervo Patrimonial deste Tribunal, elencados no Anexo I, Lotes 1 ao 3 do aludido Edital foram doados da seguinte forma: Lote 1 para a Polícia Militar do Ceará (Proad 5144/19), Lote 2 para a Secretaria de Saúde de Fortaleza (Proad 4692/19) e Lote 3 à Universidade Regional do Cariri (Proad 4541/19), por atenderem os critérios de elegibilidade do edital, em conformidade na Lei 8666/93, e alterações posteriores, Decreto 9373/18, Provimento Conjunto TRT7 6/09, no Manual de Procedimentos para Controle Patrimonial deste TRT e demais normas que regem a matéria.

MARIA EVELINE FERNANDES BARRETO
Diretora

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato 24/19. Proad. 2226/19. Contratada: CONSTRUCTO ENGENHARIA LTDA-EPP. CNPJ 08.728.600/0001-82. Objeto: contratação para serviços gerais de acessibilidade e reforma da sala de sessões do pleno do complexo sede do Tribunal do Trabalho 7ª Região. Fund.Legal: Pregão Eletrônico 18/19. Vigência: da assinatura até 04/02/2020. Valor: R\$ 275.000,00. Empenhos: 2019NE000736 e 2019NE000737. Ass: João Ribeiro L. Junior, Diretor Geral Substituto, pelo Contratante, e Abelardo Guilherme Barbosa Neto, pela contratada, em 08/08/19.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
DIREÇÃO-GERAL
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS**

EXTRATO DE RESCISÃO

Espécie: Contrato nº 68/2014. Locatário: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - CNPJ 03.141.166/0001-16. Locador: Amilton Salgado, CPF 004.140.779-20. Vinculação: Processo de Dispensa de Licitação PR nº 91/2014. Objeto: Rescisão amigável e antecipada do contrato de locação do imóvel que abriga o arquivo do Fórum Trabalhista de Foz do Iguaçu. Embasamento legal: artigo 79, II, da Lei nº 8.666/93. Data da rescisão contratual: 01/07/2019. Os autos estão à disposição de quaisquer interessados junto à Ordenadoria da Despesa, sito na Av. Vicente Machado, 147, 9º andar, Curitiba-PR, das 11 às 17 horas, para que dele possam ter vista franqueada. Informações pelo telefone (41) 3310-7072.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL ADMINISTRATIVA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 0001256-69.2019.5.10.8000. Contrato nº 088/2019. Contratantes: TRT da 10ª Região e Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO. Objeto: prestação de serviço de tecnologia da informação para monitoração gerenciamento e suporte de conexões à INFOVIA BRASÍLIA, conforme modelo de negócios vigente. Fundamentação: Lei nº 8.666/1993. Vigência: 60 meses. Assinatura: 09/08/2019. Valor total: R\$ 114.772,32. Cobertura Orçamentária: 33.90.40.13, vinculada ao Programa Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. Notas de Empenho: 2019NE001000. Pelo TRT da 10ª Região: Gilvan Silva Pereira Ramos, Secretário de Administração. Pela Contratada: Daniel Silva Antonelli e Jacimar Gomes Ferreira, Representantes Legais.

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº 0007041-12.2019.5.10.8000. Contrato nº 089/2019. Contratantes: TRT da 10ª Região e Ingram Micro Tecnologia e Informática Ltda. Objeto: aquisição e instalação de atualização de infraestrutura de backup através da aquisição de: Tape Library; Tape Drives LTO-7 (LTO Ultrium 7); Módulos de Expansão. Fundamentação: Leis nº 8.666/1993 e nº 10520/2002; em regime de coparticipação à ARP do PE 34/2018 do TRT18. Assinatura: 09/08/19. Vigência: 180 dias ou até o total cumprimento das obrigações. Valor total: R\$ 220.400,00. Cobertura Orçamentária: 44.90.52.43, vinculada ao Programa Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho. Notas de Empenho: 2019NE000989. Pelo TRT da 10ª Região: Gilvan Silva Pereira Ramos, Secretário de Administração. Pela Contratada: Neiva Maria da Silva e Francisco Augusto Zanet, Representantes Legais.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº 0007617-05.2019.5.10.8000. Contrato nº 090/2019. Contratada: RF Pediatria Ltda ME. Objeto: prestação de serviços aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde TRT SAÚDE. Fundamentação: Edital de Credenciamento nº 2/2018, derivado do art. 25 da Lei nº 8.666/93. Vigência: enquanto perdurarem as condições de credenciamento. Cobertura Orçamentária: Recursos Próprios no Elemento de Despesa 33.90.39. Assinatura: 09/08/2019. Pelo TRT10: Flávio Kobayashi, Coordenador de Gestão de Benefícios. Pela Credenciada: Roberto Franklin de Alencar Gonçalves, Rep. Legal.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Processo nº 0006275-56.2019.5.10.8000. Contrato nº 084/2019. Contratada: HOME - Hospital Ortopédico e Medicina Especializada Ltda. Objeto: prestação de serviços aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde TRT SAÚDE. Fundamentação: Edital de Credenciamento nº 2/2018, derivado do art. 25 da Lei nº 8.666/93. Vigência: enquanto perdurarem as condições de credenciamento. Cobertura Orçamentária: Recursos Próprios no Elemento de Despesa 33.90.39. Assinatura: 09/08/2019. Pelo TRT10: Flávio Kobayashi, Coordenador de Gestão de Benefícios. Pela Credenciada: Nabil Nazir El Haje, Rep. Legal.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO
SECRETARIA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: RP-7754/2019. Partes: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região e INGRAM MICRO Tecnologia e Informática Ltda. Objeto: Aquisição e instalação de Tape Library e Pacote de Expansão de Slots para atualização de infraestrutura de backup. Programa de Trabalho 02.122.0571.4256.0042 - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho, Natureza da Despesa 4490.52-43 - Equipamentos de TIC - Servidores/Storage. Valor: R\$ 309.000,00. Vigência: 180 dias a contar da assinatura. Data da assinatura: 2-8-2019. Pelo TRT: Ana Paula Volpato Wronski, Diretora-Geral da Secretaria. Pela Contratada: Francisco Augusto Zanet e Neiva Maria da Silva, Procuradores.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2019

Processo TRT n. 2.655/2019. Contratante: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Contratada: LEXOS COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA. - ME (CNPJ n. 07.109.099/0001-03). Objeto: Aquisição de impressoras laser coloridas para utilização em unidades administrativas deste Tribunal. Natureza de Despesa: 40905245. Programa de Trabalho Resumido: 107680, Nota de Empenho: 2019NE000578. Valor total do contrato: R\$ 7.111,08 (sete mil, cento e onze reais e oito centavos). Vigência: 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento definitivo dos produtos, considerando a garantia técnica dos produtos. Data da assinatura: 09/08/2019. Assinam: Francisco Hirflen de Oliveira Mendonça, Diretor-Geral Substituto, pelo Contratante, e Luis Henrique Rissato, Diretora-Geral, pela Contratada.

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2019

Processo TRT nº 10.180/2019

A CPL-TRT 13ª Região, sito à Av. Corálio Soares de Oliveira, s/n Centro, João Pessoa/PB, torna público que, no dia 30/08/2019, às 09:00 horas, realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é a contratação, em regime de empreitada por preço unitário, de empresa especializada na prestação de serviços de engenharia em manutenção civil do Fórum Irineu Joffily, do Fórum de Santa Rita e Vara de Trabalho de Sousa, na forma da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como das normas e condições do Edital, que estará à disposição dos interessados na Internet, através do site "www.trt13.jus.br" e na sede deste Regional, na sala da CPL (2ª andar), nos seguintes horários: das segundas-feiras às sextas-feiras das 07:00 às 17:00 horas.

João Pessoa-PB, 9 de agosto de 2019
RONALDO VIEIRA DE ARAGÃO
Presidente da CPL

